



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Vinicius Poit (NOVO/SP)

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E
INFORMATICA**

PROJETO DE LEI Nº 4.292, DE 2019

Altera a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, para dispor que as empresas que prestam serviço de provimento de conteúdos idênticos aos distribuídos por meio do Serviço de Acesso Condicionado serão equiparadas a elas para todos os fins legais.

Autor: Deputado Paulo Teixeira

Relator: Deputado Vinicius Poit

1. RELATÓRIO

A proposição, de autoria do Deputado Paulo Teixeira, visa alterar a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, para dispor que as empresas que prestam serviço de provimento de conteúdos idênticos aos distribuídos por meio do Serviço de Acesso Condicionado serão equiparadas a elas para todos os fins legais.

O PL em questão foi distribuído às Comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) e Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), cabendo a esta última apenas o exame dos aspectos de constitucionalidade, legalidade, juridicidade e técnica legislativa.

A proposição está sujeita à apreciação conclusiva pelas comissões e tramita em regime ordinário.

Ao PL 4292/2019 foi apensado o PL 4389/2019 em razão de tratarem do mesmo tema.

Não foram apresentadas Emendas na CCTCI.

É o relatório.



2. VOTO DO RELATOR

O PL 4292/2019 do deputado Paulo Teixeira visa equiparar às prestadoras do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC) as empresas que provêm pela internet conteúdos audiovisuais.

Já o PL 4389/2019 do deputado João Maia (PL/RN) busca permitir a disponibilização de canais programados em aplicações de internet, independentemente de autenticação de assinantes de Serviço de Acesso Condicionado (SeAC) e garantir a liberdade de controle e de titularidade entre prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, concessionárias e permissionárias de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, produtoras e programadoras.

Para entendermos melhor o tema precisamos abordar a questão sobre os seguintes aspectos: natureza jurídica do serviço prestado pelas empresas que provêm pela internet conteúdos audiovisuais e necessidade de dar segurança jurídica e estimular novos modelos de negócios.

2.1. NATUREZA JURÍDICA DO SERVIÇO PRESTADO

O SeAC está definido no inciso XXIII do art.2º da Lei 12485/2011¹ como o serviço de telecomunicações de interesse coletivo prestado no regime privado, cuja recepção é condicionada à contratação remunerada por assinantes e destinado à distribuição de conteúdos audiovisuais na forma de pacotes, de canais nas modalidades avulsa de programação e avulsa de conteúdo programado e de canais de distribuição obrigatória, por meio de tecnologias, processos, meios eletrônicos e protocolos de comunicação quaisquer.

Esse tema já foi debatido e já foi decidido pelo Legislativo que o serviço de prover pela internet conteúdos audiovisuais não se enquadra no SeAC. Em 2010, tramitava no Senado o PLC 116/2010², que resultou na Lei 12.485/2011, com objetivo, entre outros, de definir o objeto e específica termos técnicos e legais relativos à

¹ Art. 2º (...) XXIII - Serviço de Acesso Condicionado: serviço de telecomunicações de interesse coletivo prestado no regime privado, cuja recepção é condicionada à contratação remunerada por assinantes e destinado à distribuição de conteúdos audiovisuais na forma de pacotes, de canais nas modalidades avulsa de programação e avulsa de conteúdo programado e de canais de distribuição obrigatória, por meio de tecnologias, processos, meios eletrônicos e protocolos de comunicação quaisquer.

² <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/97352>



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Vinicius Poit (NOVO/SP)

comunicação audiovisual de acesso condicionado. À época, o Senador Álvaro Dias apresentou a Emenda nº 5 na CCJ que buscava ressalvar expressamente do âmbito de aplicação do SeAC, além dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, os conteúdos distribuídos por meio da rede mundial de computadores (internet). O Relator, Senador Walter Pinheiro (PT/BA), apresentou parecer no sentido de que a alteração e resguardo solicitado pelo Senador Álvaro Dias era é irrelevante, pois se estava diante de serviços distintos. Portanto, não haveria como incorporar a internet dentro da mesma regulamentação do serviço de televisão por assinatura. Seguindo esse raciocínio o Senador Walter Pinheiro (PT/BA) não acolheu a emenda do Senador Álvaro Dias, entendendo que a internet deve ser regulada por lei própria. Assim se manifestou o então Senador naquela oportunidade:

*“O Senador Alvaro Dias pretende alterar a redação do parágrafo único, do art. 1º do PLC nº 116, de 2010, para ressalvar expressamente do âmbito de aplicação do projeto, além dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, os conteúdos distribuídos por meio da rede mundial de computadores (internet). A alteração é, a nosso ver, **despicienda**. Efetivamente, não é necessário alterar a proposição para fazer essa ressalva. Tendo em vista **se tratar de serviços distintos**, não há como abranger a internet dentro da mesma regulamentação do serviço de televisão por assinatura. Entendemos que a **internet deve ser regulada por lei própria**, pelo que não acolhemos a presente emenda.”* (Grifo nossos)

Cabe salientar que a regulação da internet, mencionada pelo Senador Walter Pinheiro em seu parecer, estão contidas em diversos diplomas legais os quais cabem destacar a Lei nº 12.695/2014 (Marco Civil da Internet) e a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

Desse modo, **o provimento de conteúdo audiovisual sob qualquer forma por aplicações de internet não se enquadra juridicamente no Serviço de Acesso Condicionado (SeAC)**. Na verdade, os serviços prestados por essas empresas apenas aos serviços de telecomunicações novas utilidades. Esse conceito se enquadra na definição de Serviço de Valor Adicionado (SVA).



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Vinicius Poit (NOVO/SP)

O art. 61 da Lei 9472/1997³ (Lei Geral de Telecomunicações – LGT) conceitua o SVA como a atividade que acrescenta a um serviço de telecomunicações que lhe dá suporte e com o qual não se confunde, novas utilidades relacionadas ao acesso, armazenamento, apresentação, movimentação ou recuperação de informações. O parágrafo 1º do mesmo artigo determina que **o SVA não constitui serviço de telecomunicações**.

Não bastasse o critério legal, a propósito do julgamento da cautelar na ADI 1491, o STF decidiu que o Serviço de Valor Adicionado (SVA), previsto no art. 10 da Lei 9.295/1996, não se identifica com o serviço de telecomunicações. O SVA é, na verdade, mera adição de valor a serviço de telecomunicações já existente, uma vez que a disposição legislativa ora sob exame propicia a possibilidade de competitividade e, assim, a prestação de melhores serviços à coletividade⁴.

Assim, **os serviços prestados pelas empresas que provêm pela internet conteúdos audiovisuais se enquadra juridicamente na categoria de serviço de valor adicionado (SVA)** e, por consequência, não é serviço de telecomunicações, tampouco pode ser confundido com o SeAC.

Portanto, esses motivos ensejam a rejeição do PL 4292/2019 e uma adequação ao PL 4389/2019.

³ Art. 61. Serviço de valor adicionado é a atividade que acrescenta, a um serviço de telecomunicações que lhe dá suporte e com o qual não se confunde, novas utilidades relacionadas ao acesso, armazenamento, apresentação, movimentação ou recuperação de informações. § 1º **Serviço de valor adicionado não constitui serviço de telecomunicações**, classificando-se seu provedor como usuário do serviço de telecomunicações que lhe dá suporte, com os direitos e deveres inerentes a essa condição. § 2º É assegurado aos interessados o uso das redes de serviços de telecomunicações para prestação de serviços de valor adicionado, cabendo à Agência, para assegurar esse direito, regular os condicionamentos, assim como o relacionamento entre aqueles e as prestadoras de serviço de telecomunicações.

⁴ Ementa: MEDIDA CAUTELAR. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ARTS. 4º, 5º, 8º, § 2º, 10 E 13 DA LEI 9.295/1996. TELECOMUNICAÇÕES. ALEGADA VIOLAÇÃO DOS ARTS. 2º, 5º, 21, XI, 37, XX E XXI, 66, § 2º, 170, IV E V, E 175 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. NÃO OCORRÊNCIA. MEDIDA CAUTELAR INDEFERIDA. I – A regra do art. 66, § 2º, da Constituição Federal não exige que o veto parcial abranja o caput do artigo e seu(s) parágrafo(s). II - É dispensável a autorização legislativa para a criação de empresas subsidiárias, desde que haja previsão para esse fim na lei de instituição da empresa pública, sociedade de economia mista ou fundação matriz, tendo em vista que a lei criadora é também a medida autorizadora. III – O Serviço de Valor Adicionado – SVA, previsto no art. 10 da Lei 9.295/1996, não se identifica, em termos ontológicos, com o serviço de telecomunicações. O SVA é, na verdade, mera adição de valor a serviço de telecomunicações já existente, uma vez que a disposição legislativa ora sob exame propicia a possibilidade de competitividade e, assim, a prestação de melhores serviços à coletividade. IV – Medida cautelar indeferida. (ADI 1491 MC, Relator(a): Min. CARLOS VELLOSO, Relator(a) p/ Acórdão: Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Tribunal Pleno, julgado em 08/05/2014, DJe-213 DIVULG 29-10-2014 PUBLIC 30-10-2014 EMENT VOL-02754-02 PP-00128)



2.2. NOVOS MODELOS DE NEGÓCIO

Para além da discussão sobre a natureza jurídica é necessário ter um olhar para o futuro e possibilitar que se implantação e ampliação de novos modelos de negócios no mercado brasileiro.

As facilidades proporcionadas pelas novas tecnologias levaram à popularização de aplicações de vídeo sob demanda, a exemplo do YouTube e do Netflix, bem como ao acesso maciço da população a produtos culturais.

Aliado a isso, a crise econômica que assolou e assola o Brasil levou a uma retração na contratação de diversos serviços entre eles o de TV por assinatura. Depois do pico de quase 20 milhões de assinantes, registrado em 2014, a cada ano se verificou novo declínio no serviço e, em maio de 2019, os assinantes já eram menos de 17 milhões. Resultado também do alto valor dos pacotes de TV por assinatura no Brasil, que o torna um serviço acessível apenas para uma pequena parcela (abastada) da população brasileira.

A mudança de paradigma é inevitável. Em breve, com as redes móveis de quinta geração (5G), não haverá mais obstáculos técnicos para distribuição de conteúdo audiovisual pela internet em larga escala, e a existência de um serviço de telecomunicações específico de TV por assinatura, como o SeAC, será economicamente injustificável.

Assim, é uma questão de tempo para sua completa substituição do modelo de TV por assinatura por aplicações de vídeo pela internet. Não adianta querer lutar contra a corrente de forma ludista.

Diante desse novo modelo de negócio não há razões contemporâneas para se restringir antecipadamente a propriedade cruzada entre prestadoras de serviços de telecomunicações e empresas de radiodifusão, produtoras ou programadoras do SeAC. Assim, a proposta de revogação do art. 5º da Lei nº 12.485/ 2011 apresentada pelo PL 4389/2019 é medida adequada, tanto para garantir segurança jurídica aos novos modelos de negócios como estimular que surjam novos entrantes.

Cumprе destacar que a revogação do mencionado dispositivo não significa que qualquer tipo de concentração de propriedade está autorizado. Todos os demais dispositivos legais de proteção à concorrência continuarão vigentes, restringindo



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Vinicius Poit (NOVO/SP)

fusões e aquisições que possam prejudicar o livre mercado e a multiplicidade de fornecedores. Somente o que se revoga é a proibição antecipada hoje estabelecida na lei.

A título exemplificativo, fusão entre as empresas AT&T – que atua na distribuição do SeAC – e Time Warner teve suas diversas condicionantes impostas pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), sem qualquer menção aos dispositivos da Lei 12.485/2011. Em outras palavras, a revogação das restrições do art. 5º não trará prejuízo aos mecanismos de defesa da concorrência ou da ordem econômica no setor.

Com relação à proposta do PL 4389/2019 de revogação do art. 6º da Lei nº 12.485, de 2011, que estabelece restrições à produção de conteúdo pelas prestadoras do SeAC, deve-se ressaltar que o crescimento das aplicações de vídeo sob demanda pela internet estabeleceu uma concorrência injusta com os distribuidores do SeAC, pois os novos agentes têm total liberdade para contratar talentos artísticos e, dessa maneira, produzir conteúdo de alta qualidade capaz de atrair usuários. Enquanto isso, as distribuidoras do SeAC, impedidas legalmente de contratar esses mesmos artistas, ficam prejudicadas nessa disputa.

Visando reequilibrar o mercado e favorecer a ampliação da produção e da oferta de conteúdo audiovisual, é necessário remover a restrição que atinge unicamente as distribuidoras do SeAC, revogando-se o art. 6º da Lei nº 12.485, de 2011.

Indo além, cumpre salientar a melhora fiscal que o dispositivo em tela provocará no caixa dos Estados e Municípios brasileiros, em meio a persistente crise econômica. Conforme alteração legislativa promovida na Lei Complementar nº 116/2003 (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), por meio da LCP 157/2016, a disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet é fato gerador de ISS, imposto de recolhimento de competência dos municípios. Ou seja, a segurança e o avanço jurídico trazidos pelo PL 4389/2019 promoverá atração de novas empresas provedoras de aplicação de conteúdo audiovisual, as quais, conforme supracitado, recolherão impostos aos municípios brasileiros.

Ademais, com um maior número de lares brasileiros contratando serviços de provimento de conteúdo audiovisual sob qualquer forma por aplicações de internet será necessária contratação de mais banda larga pelas famílias o que aumentará o recolhimento de ICMS pelos estados, tendo em vista que tal serviço é fato gerador desse imposto.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Vinicius Poit (NOVO/SP)

Em suma, a proposta em tela e as alterações que propomos aos nobres pares é mais um passo na direção para o desenvolvimento de novos negócios, com a devida segurança jurídica, no país e necessária melhoria na condição fiscais dos entes da federação.

3. CONCLUSÃO

Por todo o exposto, **manifestamo-nos pela rejeição do PL 4292/2019 e aprovação do PL 4389/2019, com emenda em anexo.**

Sala da Comissão, de de 2019.

VINICIUS POIT
(NOVO/SP)



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Vinicius Poit (NOVO/SP)

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E
INFORMATICA

EMENDA AO PROJETO DE LEI 4389, DE 2019

Altera a Lei n.º 12.485, de 12 de setembro de 2011, que “dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado e dá outras providências”, para permitir a disponibilização de canais programados em aplicações de internet, independentemente de autenticação de assinantes de Serviço de Acesso Condicionado, e para garantir a liberdade de controle e de titularidade entre prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, concessionárias e permissionárias de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, produtoras e programadoras do Serviço de Acesso Condicionado.

Art. 1º Suprima-se o inciso XXIV do art. 2º do Projeto de Lei 4389/2019.

Art. 2º A Lei n.º 12.485, de 12 de setembro de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º 1º

Parágrafo único. Excluem-se do campo de aplicação desta Lei o provimento de conteúdo audiovisual sob qualquer forma por aplicações de internet, disciplinadas nos termos do art. 5º, VII, da Lei n.º 12.965, de 23 de abril de 2014, e do art. 61 da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, e os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens ressalvados, neste último caso, os



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Vinicius Poit (NOVO/SP)

dispositivos previstos nesta Lei que expressamente façam
menção a esses serviços ou a suas prestadoras. (NR)”

Sala das Comissões, de de 2019.

VINICIUS POIT
(NOVO/SP)